

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.921 - RS (2019/0350378-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : MAGDIEL ROCHA DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RÔMULO CARON - RS108076  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por MAGDIEL ROCHA DA SILVA, contra acórdão proferido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0276498-85.2019.8.21.7000, com a seguinte ementa (e-STJ fls. 168-169):

*HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. USO DE ARMA. RECEPÇÃO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA PRISÃO EM FLAGRANTE. AUTO DE PRISÃO HOMOLOGADO. SEGREGAÇÃO CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS DEMONSTRADOS. PRISÃO MANTIDA.*

*O paciente foi preso em flagrante, acusado da prática dos crimes de roubo majorado porque cometido em concurso de agentes e com uso de arma, recepção, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e associação criminosa armada. O auto de prisão foi homologado e convertida a segregação em prisão preventiva.*

*O máximo da pena privativa de liberdade cominada aos crimes imputados ao paciente é superior a quatro (4) anos de reclusão.*

*Atendido, assim, o requisito do art. 313, I, do CPP.*

*O Ministério Público ofereceu denúncia contra o paciente que foi regularmente recebida. Presente, então, o fumus comissi delicti.*

*O paciente, embora tecnicamente primário, possui outros envolvimento em práticas delitivas, fato que somado ao modus operandi dos crimes que ora lhe são imputados leva a conclusão de que, em liberdade, grande o risco de voltar a delinquir, porquanto vem demonstrando com sua conduta ousada e agressiva forte desprezo às regras mais comecinhas de convivência social e uma total desconsideração ao grupo e à paz social. Demonstrado, assim, o periculum libertatis.*

*Comprovada a existência do fumus comissi delicti e do periculum libertatis, restando, também, atendido o art. 312 do CPP.*

*Constrangimento ilegal inexistente.*

*Demonstrada a legalidade da prisão cautelar decretada. Prisão preventiva mantida.*

*ORDEM DENEGADA. UNANIME.*

Noticiam os autos que o recorrente se encontra preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados do art. 157, §2º, II, e §2º-A, I; art. 180, caput; art. 311; e art. 288, parágrafo único, todos do Código Penal (e-STJ fls. 103-105).

Em suas razões (e-STJ fls. 184-220), o recorrente pleiteia a reforma do acórdão, para que se reconheça a existência de constrangimento ilegal, em resumo, por ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, pois não haveria:

a) indícios de que seria o autor do delito de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo (art. 157, §2º, II, e 2º-A, I, do CP), porque não foi reconhecido pelas vítimas e a apreensão de parte do produto do crime em seu poder não comprovaria essa condição, e

b) prova inequívoca da materialidade dos delitos de receptação dolosa e de adulteração de sinais identificadores de veículo automotor e, ainda, não se teria demonstrado a existência de vínculo associativo necessário para a configuração do crime de organização criminosa.

Acrescenta que Jairo Castro Júnior e Leda Barbieri não poderiam ser ouvidos como testemunhas, “pois é discutível a participação dos mesmos nas imputações da peça vestibular acusatória” (e-STJ fl. 212).

Requer a concessão de liminar para que a segregação seja revogada. No mérito, a concessão da ordem, com a confirmação da liminar, expedindo-se alvará de soltura.

É o relatório.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 172-174), destaques acrescidos):

*[...]*

*O paciente foi preso em flagrante, acusado da prática dos crimes de roubo majorado, receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e associação criminosa armada. O auto de prisão foi homologado e convertida, a segregação, em prisão preventiva para a garantia de ordem pública.*

*O Ministério Público, dizendo-o incurso nas sanções do art. 157, §2º, inciso II; art. 157, §2º-A, inciso I; art. 180, caput; art. 311; e art. 288, parágrafo único, todos do CP, ofertou denúncia que foi regularmente recebida.*

*Não prospera a ação constitucional.*

*Explico.*

*Inicialmente, observo que em relação aos pedidos que envolvem análise probatória e nulidade de depoimentos prestados, descabe, em sede de habeas corpus, essa discussão, pois impossível, aqui, dilação probatória ou avaliação do conjunto probatório, sob pena de ser atropelado o princípio do duplo grau de jurisdição.*

*O que se mostra possível, no writ, é a apresentação de prova, inequívoca, capaz de gerar um juízo de absoluta certeza de não autoria de fato criminoso ou de ausência de*

*conduta típica para demonstrar a existência de constrangimento ilegal e a necessidade de trancamento da ação penal, hipóteses descaracterizadas no caso concreto. De outro lado, estão presentes os requisitos necessários à decretação da prisão preventiva.*

*Demonstro.*

*O máximo da pena privativa de liberdade cominada aos crimes imputados ao paciente, é superior a quatro anos.*

*Então, o primeiro requisito necessário à decretação da prisão preventiva resta atendido, importando, agora analisar se restam presentes no caso concreto os outros dois requisitos autorizadores da segregação cautelar: fumus comissi delicti e periculum libertatis.*

*Posteriormente a prisão, o Ministério Público ofereceu denúncia contra o paciente, imputando-lhe a prática dos crimes roubo majorado, receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e associação criminosa armada. A denúncia foi regularmente recebida. Então, resta superada qualquer discussão sobre a presença do fumus comissi delicti porquanto a prova da existência do crime e a presença de indícios suficientes de autoria que constituem esse pressuposto são condição sine qua para o recebimento da peça acusatória.*

*De outro lado, certo o periculum libertatis .*

*Embora tecnicamente primário, o paciente possui outros envolvimento em práticas delitivas, conforme demonstra sua certidão de antecedentes criminais.*

*Além disso, segundo consta na inicial incoativa, o crime, cuja prática está sendo imputada ao paciente, foi cometido de forma premeditada, organizada, com divisão de tarefas, com participação de quatro pessoas, e ameaça perpetrada contra as vítimas, através do uso de arma de fogo.*

*Assim, o modus operandi do grupo revela intimidade dos agentes com prática criminosa, muita ousadia, pois o fato foi praticado às 17h50m e em um estabelecimento comercial, além de forte agressividade, demonstrando enorme desprezo as regras mais mezinhas de convivência, em total desvalor ao grupo e à paz social, circunstâncias que revelam que, em liberdade, grande será o risco de reiteração delitiva, razão pela qual resta demonstrada a necessidade de sua segregação para a garantia da ordem pública.*

*Não socorre ao paciente para obter liberdade provisória o fato de possuir emprego regular com atividade lícita, porquanto esse fato não o impediu de reiterar práticas ilícitas, o que tem o condão de demonstrar que medidas cautelares diversas da segregação cautelar não se mostram adequadas a hipótese em apreço, pois, se aplicadas, a ordem pública não restará assegurada.*

# Superior Tribunal de Justiça

*Impende dizer que a prisão preventiva não implica, de forma alguma, cumprimento antecipado de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, porquanto se caracteriza por ser uma prisão processual, cautelar, que encontra previsão na Constituição Federal e no Código de Processo Penal para as hipóteses onde for necessário garantir a ordem pública, a aplicação da lei penal e ou assegurar a instrução processual.*

*Por isso, a prisão preventiva, processual, do paciente não se mostra desproporcional no caso concreto, como pretendeu fazer crer o impetrante.*

*[...]*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**

Relator